

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 19.03.2026

Estimular fortemente o consumo e revitalizar a economia comunitária

Este ano marca o início da implementação do “15.º Plano Quinquenal” do País e também da elaboração do “3.º Plano Quinquenal” de Macau. Nesta fase crítica, como alinhar com a estratégia nacional, desenvolver um “novo modelo de produtividade com qualidade” tendo em conta a realidade local e, ao mesmo tempo que se impulsiona um desenvolvimento de alta qualidade, garantir que os frutos do desenvolvimento beneficiem a população, são questões essenciais para o Território.

Actualmente, impulsionada pela estratégia “Turismo+”, a economia de Macau está a recuperar de forma estável. No ano passado, o número de visitantes ultrapassou os 40 milhões, atingindo um recorde histórico. Mas os visitantes continuam a concentrar-se nos pontos turísticos tradicionais, o que resulta num desenvolvimento desequilibrado para a economia comunitária. Paralelamente, as mudanças no modelo de consumo tanto dos residentes como dos visitantes trazem novos desafios. Além disso, a tensão na conjuntura internacional tem elevado os custos de combustíveis e transportes, agravando a pressão sobre a exploração das PME e aumentando o fardo de vida dos residentes.

O Governo tem promovido, activamente, a economia comunitária nos últimos anos e dado forte apoio ao desenvolvimento das PME, alinhando-se estreitamente com as directrizes do “15.º Plano Quinquenal” do País, que enfatiza a “expansão da procura interna”, a “integração estreita entre o bem-estar da população e o estímulo ao consumo” e a necessidade de lhe dar um forte impulso. Para estimular ainda mais o consumo e revitalizar a economia comunitária, apresento as seguintes sugestões:

1. Planear sistematicamente e aperfeiçoar a concepção de topo para estimular o consumo. Há que aproveitar a elaboração do “3.º Plano Quinquenal”, para rever as actuais medidas e definir planos de curto, médio e longo prazos. Sugiro continuar a aprofundar a reforma “simplificação, descentralização e optimização”, a simplificar os procedimentos de aprovação administrativa e a optimizar o ambiente de negócios, a conjugar as medidas de “estímulo ao consumo” com as que atraem visitantes para os bairros, a garantir que os benefícios das políticas sejam precisos e eficazes para as comunidades e PME, a estabilizar o emprego local e a promover o desenvolvimento sustentável da economia comunitária.

2. Inovar as medidas para diversificar as formas de estímulo ao consumo. Com base nas anteriores actividades do Grande Prémio para o consumo, sugiro ouvir as opiniões dos sectores e aprofundar a cooperação com as instituições financeiras, associações e comerciantes, estudar o lançamento de planos específicos para o consumo nas comunidades, explorar descontos conjuntos entre o consumo e os transportes, em articulação com os eventos e actividades comunitárias, através de descontos directos e cupões, para aliviar a pressão das despesas dos residentes, orientar equilibradamente os visitantes para os bairros e impulsionar o consumo comunitário.

3. Aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e assegurar a fluidez da rede de transportes nos bairros comunitários. Tendo em conta os feriados, os grandes eventos e as horas de ponta, propõe-se a utilização dos megadados dos autocarros para melhorar, de forma contínua, as carreiras e a sua frequência de partidas. Ao mesmo tempo, deve-se melhorar o ambiente pedonal, instalar sinalização com orientação claras, aumentar a eficiência da triagem de passageiros e facilitar as deslocações dos residentes e turistas nas diversas zonas.

4. Reforçar o apoio às PME para aliviar as dificuldades e promover o seu desenvolvimento estável e progressivo. Melhorar as diversas medidas de apoio às PME, criando condições favoráveis à sua evolução diferenciada e com características próprias. O prazo de candidatura para o “Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas 2025” vai terminar no próximo mês, assim, propõe-se a prorrogação do seu prazo de candidatura, para atenuar a pressão financeira das empresas e apoiar as PME na exploração estável e num desenvolvimento sustentável.